

abundância de edifícios eclesiásticos adaptados a novas funções, palácios nobres do antigo regime também com novos usos, sobrevivência de antiquíssimos eixos urbanos, estreitos e sinuosos e de práticas ancestrais, com grande número de vendedores ambulantes, abundância de veículos puxados por burros ou mulas, ovelhas a pastar nos limites das avenidas em construção, um comércio híbrido de lojas que vendiam um pouco de tudo, bem como uma forte presença da actividade artesanal. A cidade crescera imenso entre 1879 e 1920, com novos bairros, ruas, avenidas, mas os equipamentos de carácter cultural, lúdico, recreativo e cívico, instituições privadas e estatais, espaços de consumo, raramente se afastaram do centro da cidade, da área situada em redor do Rossio e Chiado.

O atavismo cultural da burguesia lisboeta, incapaz de se afastar do espaço geográfico tradicional em que as suas práticas de sociabilidade se haviam ancorado há gerações, e também o afluxo de gente de fora que procurou no centro da cidade antiga os seus lugares de identificação e de inclusão foram factores de peso que contribuíram para explicar o fenómeno Rua das Portas de Santo Antão entre 1890 e 1925. A dificuldade em deslocar para a nova cidade burguesa os novos espaços de sociabilidade e de consumo que se iam criando – cafés, teatros, salas de espectáculo, comércio de qualidade – revelava não somente as limitações económicas, lentidão na acumulação e circulação de capital, e consequente lentidão no ritmo do processo de modernização e de mudança, mas também, e sobretudo, uma questão socio-psicológica, em não se querer avançar para um espaço que ainda não se conhece bem. A Avenida da Liberdade foi aberta em 1879. Em 1925, quando nesta artéria se inaugurou o Cinema Tivoli, desenhado por Raul Lino, dizia-se nos meios empresariais do espectáculo, que fazer um cinema tão ambicioso num local tão afastado do centro da cidade era uma ousadia e um risco, achando-se que este espaço não teria qualquer tipo de viabilidade económica.<sup>89</sup> O Tivoli foi um sucesso, mas o simples facto de se ter podido considerar a Avenida em 1925 como um local muito afastado do centro de Lisboa era sintomático de como os habitantes da cidade, ou pelo menos a sua burguesia, alta, média e pequena, que era quem escrevia, opinava e investia, percebia a cidade onde vivia. A importância adquirida pelo centro antigo da cidade pré-capitalista no imaginário dos lisboetas beneficiou, deste modo, o velho eixo da Rua das Portas de Santo Antão, situado por detrás da nova Avenida da Liberdade.

89 Ver Félix Ribeiro, *Os mais antigos cinemas de Lisboa, 1896-1939*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa, 1978.

## LISBOA NA 2ª METADE DO SÉC. XX

### Da conquista do planalto à cidade-região

Nuno Teotónio Pereira\*

I. Com o lançamento de dois grandes eixos de penetração na direcção norte na primeira metade do século, Lisboa deixou de ser uma cidade linear, onde o Tejo desempenhava um papel determinante como via de circulação, para ganhar uma conformação radial.

Esses eixos foram, por um lado, a avenida da Liberdade e seus prolongamentos até ao Campo Grande – as Avenidas Novas – onde se instalou a burguesia média e alta, e por outro a Almirante Reis e encostas adjacentes, destinadas a acolher a pequena burguesia e o proletariado. À cidade interclassista das colinas, onde pontuavam palácios e conventos envolvidos pelo casario das classes populares, sucedia assim uma cidade dual na sua morfologia sócio-espacial, criando uma dicotomia entre ocidente e oriente, que se prolongou aliás pelo desenvolvimento suburbano ao longo do rio: na direcção de Cascais o lazer dos abastados, e na oposta áreas industriais com habitação para o operariado. O Estoril, por um lado, e Moscavide por outro, expressam com eloquência estes subúrbios de sinal contrário.

Entretanto, em meados do século, com a construção de Alvalade, rematando a norte os dois eixos referidos acima, a cidade começava a ganhar uma expressão mais homogénea e alargada, superando a divisão de classes entre ocidente e oriente.

Como elemento simbólico deste fenómeno refira-se o aparecimento, pela primeira vez na História, duma nova centralidade, para além da Baixa/Chiado: o eixo Guerra Junqueiro/Avenida de Roma. Este fenómeno é aliás simultâneo com o início da terciarização das Avenidas Novas, ambos potenciados com a inauguração do metropolitano em 1959. A área central de Lisboa estendia-se agora pelo planalto.

\* Arquitecto

2. E começa uma nova era para a cidade: para além da consolidação de tecidos pré-existentis (Benfica, Campo de Ourique), a da expansão suburbana em manchas segregadas e descontinuas. Por um lado, novos bairros cuidadosamente planeados, utilizando a grande extensão de terrenos expropriados por Duarte Pacheco nos anos 30/40. Foi o caso dos Olivais Norte e Sul nos anos sessenta. Por outro, na mesma época, a proliferação dos bairros ilegais, chamados clandestinos, de que o Casal Ventoso tinha sido o precedente no início do século. Ausentes de qualquer planeamento que não fosse a divisão anárquica em lotes destinados a auto-construção, deixando em roda livre a especulação fundiária e ultrapassando a área administrativa da capital. São disso exemplos o caso pioneiro e emblemático da Brandoa, as encostas do concelho de Loures e vastos terrenos na margem sul. A dualidade sócio-espacial regressava assim em grande força, alimentada pelas migrações de origem rural e exponenciada nos anos 70 pela vaga de retornados e pela inoperância dos mecanismos de planeamento e fiscalização.

3. Nas décadas de 80 e 90, com o aparecimento de abundante legislação e de novos instrumentos de planeamento – entre os quais os Planos Directores Municipais – a expansão urbana, desta vez licenciada, ganhou extensas áreas suburbanas e periurbanas, culminando com a criação da figura legal de “Área Metropolitana de Lisboa”. Esta expansão foi potenciada por diferentes factores convergentes: a generalização do parque automóvel a grandes camadas da população, fazendo reduzir até hoje a quota de utilização do transporte colectivo em detrimento do individual; os incentivos financeiros e fiscais à aquisição de casa própria; o reforço das antigas sedes de concelho como centralidades e o surgimento de outras novas, a dispersão dos postos de trabalho e a construção de grandes centros comerciais em áreas periféricas. Assistiu-se ao mesmo tempo aos esforços das políticas públicas para a regeneração das manchas clandestinas, agora denominadas AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal) e para a erradicação dos bairros de barracas através do PER (Plano Especial de Realojamento).

Foi este quadro que tornou possível o desaparecimento de grandes manchas de habitação degradada (com destaque para Oeiras e Lisboa), a infraestruturação das áreas de construção clandestina e a extinção histórica do Casal Ventoso, classificado como a grande nódoa de Lisboa. Ao mesmo tempo era iniciada a requalificação dos chamados bairros históricos, com a criação de

Gabinetes Técnicos Locais, como são os casos de Alfama – Mouraria, Colina do Castelo, Bairro Alto e Madragoa.

No entanto, uma gravosa contradição atravessa todo este processo: a oposição entre a morosidade das acções de reabilitação urbana e o crescimento galopante e continuado das novas expansões – tudo no quadro da ausência de um planeamento global: o PROTAML (Plano de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa), após sucessivos adiamentos, só foi aprovado recentemente; as há tanto reclamadas Autoridades Metropolitanas de Transportes estão ainda na fase de “Comissões Instaladoras”; e as Áreas Metropolitanas, mesmo à luz da recente legislação visando a descentralização administrativa do País, não dispõem de um órgão de governo eficaz, ao recusar às respectivas “Juntas” os poderes, meios e legitimidade democrática que as pudessem tornar operativas.

Todas estas razões têm contribuído, ao longo das últimas décadas, para acentuar as dicotomias entre Cidade Histórica e Cidade Contemporânea. O desordenamento urbano, com o esvaziamento da cidade consolidada e a expansão fragmentada, destruindo paisagens e ocupando solos férteis, tem como símbolos dessa situação, por um lado, o ICI9, onde diariamente muitas dezenas de milhar de pessoas consomem anos de vida ao volante, num pára-arranca desgastante, que já foi contabilizado como factor extremamente negativo para o PIB nacional; e, por outro, o encerramento de escolas em Lisboa, enquanto elas escasseiam nas expansões recentes. Entretanto, dispendiosas obras avulsas têm vindo a ser implementadas, como a do tristemente célebre Túnel do Marquês, quando seria bem mais eficaz agir a montante, dotando as estações das ferrovias que convergem para Lisboa de parques de estacionamento de grande capacidade, gratuitos para os respectivos utentes.

4. Perante o quadro que foi sucintamente descrito, colocam-se a Lisboa, agora necessariamente entendida como cidade-região, dois desafios decisivos. Por um lado, reabilitar, repovoar e revitalizar a cidade consolidada; por outro, urbanizar as grandes áreas de expansão construídas nas últimas décadas. Tudo isto supõe, à partida, uma entidade de governo supra-municipal que não o seja apenas no papel.

No que respeita à regeneração das cidades, várias medidas têm sido tomadas, como o Programa POLIS e as recentemente legisladas SRU (Sociedades de Reabilitação Urbana). Mas estas últimas, tal como aconteceu com os chamados bairros históricos, circunscrevem-se a áreas restritas, não abrangendo

o todo da cidade consolidada. Espera-se, entretanto, pela prometida reforma do arrendamento, com vista à reabilitação do parque edificado. E anunciam-se iniciativas específicas, por exemplo com a construção de silos automóveis em algumas zonas de Lisboa – medida indispensável para recuperar a atractibilidade dos bairros residenciais.

No entanto, face ao número avassalador dos fogos devolutos – frequentemente de prédios inteiros – tais medidas não serão suficientes, nem sequer com os incentivos e financiamentos previstos no Programa RECRIA e seus sucedâneos. Isto, porque se difundiu a ideia errada de que as habitações estão desocupadas por estarem degradadas – o que não é o caso de uma grande parte delas. O que motiva tal situação é sobretudo um fenómeno de especulação e entesouramento, o que, a exemplo do que acontece noutros países, apenas uma forte penalização fiscal poderá obrigar a colocar esses fogos no mercado. A eficácia desta medida residiria no seu carácter geral e na rapidez dos seus resultados.

Quanto à urbanização das periferias ou da chamada cidade difusa que integra a Área Metropolitana, uma medida importante foi recentemente tomada: o fim dos incentivos financeiros à construção nova, o que, juntamente com a abundância da oferta, poderá contribuir para estancar a expansão indiscriminada das últimas décadas. Mas haverá aqui que rever os instrumentos de planeamento, fazendo com que a construção nova se desenvolva no sentido de defender os valores ambientais, reforçar as centralidades, consolidar os tecidos esparsos construídos e dotar essas áreas dos necessários equipamentos. E, ainda, de articular todo este processo com a racionalização e rentabilização dos sistemas de transporte público. É inaceitável, por exemplo, que grandes parques de escritórios ou mega-centros comerciais sejam licenciados sem a condição de serem servidos por transportes colectivos pesados.

Como objectivo central, trata-se, no essencial, de orientar, tanto o mercado como os investimentos públicos, para dotar a cidade-região com uma estrutura urbana equilibrada e consolidada, funcionando em rede, valorizando as identidades locais e tendo como pólo principal, funcional e simbólico, a metrópole de Lisboa.

## LISBOA VIRTUAL

Carlos Fontes\*

### Lisboa Virtual

A Lisboa de que aqui falamos é de uma realidade nova com um estatuto virtual. A fim de evitar possíveis confusões vamos, desde já, precisar os termos. Na significação corrente, real é tudo aquilo que é dado pelos sentidos. A realidade é um conceito mais abrangente, podendo ser real ou virtual. Pode ter uma existência física ou apenas imaginária. A emergência dos sistemas computacionais vieram alargar o conceito virtual. Desde há duas décadas que se vulgarizou o termo de realidade virtual para um novo tipo de realidade apenas acessível através de sistemas informáticos. Trata-se de uma realidade construída, em linguagem binária, existente e difundida através de redes mundiais de computadores, como a Internet. Nesta breve síntese deixamos, por agora em aberto, a questão da correspondência entre o real e o virtual.

É nesta Lisboa construída no ciberespaço<sup>I</sup>, um espaço público novo, que vamos centrar a nossa atenção.

### 1. Espaços Públicos

Os espaços públicos, onde os cidadãos se encontram para recolherem informação e discutirem assuntos de interesse comum, são inerentes a qualquer regime democrático. Eles funcionam como mediadores entre o Estado e a sociedade civil. É neles que se formarão as correntes de opinião e se geram os consensos sociais.

\* Professor do Ensino Secundário. Director de *O Jornal da Praceta*.

I Ciberespaço – Espaço representado pelo conjunto da informação proveniente de todos os computadores do mundo e passível de ser partilhada em rede.